

APREN: maior evento dedicado às renováveis oceânicas encheu o auditório da Fundação Champalimaud

Especialistas analisaram desafios e formas de compatibilização da eólica offshore com biodiversidade e pesca.



O maior evento dedicado às renováveis oceânicas encheu o auditório da Fundação Champalimaud a 17 de abril. A segunda edição da iniciativa - 2024 *Oceanic Renewables Summit* - organizada pela [APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#), voltou a superar as expectativas depois de uma primeira edição que já tinha atingindo grande sucesso.

Vários especialistas, da Academia, Administração Central, empresas e associações representativas dos vários setores, debateram as formas de impulsionar o desenvolvimento das renováveis oceânicas, com destaque para a eólica *offshore*, garantindo, ao mesmo tempo, a compatibilização com proteção da biodiversidade e das várias atividades que já se desenvolvem no mar.

O CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge, acredita que Portugal tem condições para alcançar a meta de instalação de 2 GW de eólico *offshore* ao largo da costa portuguesa até 2030 ou 2032, tal como está previsto, mas ressalva que há muito trabalho pela frente. “A energia eólica *offshore* é uma infraestrutura complexa que exige processos de licenciamento integrados, adequados e eficientes. O *benchmark* internacional para o prazo que vai do arranque da fase de desenvolvimento do projeto até à sua entrada em operação aponta para uma média entre 8 e 10 anos”, alerta.

Apesar dos condicionalismos a superar as vantagens são múltiplas. “A energia eólica *offshore* é uma solução escalável e acessível. Tem o potencial de contribuir mais rapidamente para a substituição dos combustíveis fósseis e reforço da segurança energética. Abre ainda a oportunidade de escalar a produção de gases e combustíveis renováveis auxiliando a descarbonização de setores de consumo intensivo de energia que não podem ter eletrificação direta, como transportes ou indústria. Será uma fonte de emprego, trará benefícios para a biodiversidade e resultados socioeconómicos positivos para as comunidades e atividades económicas coexistentes”, destaca.

Quanto a eventuais encargos para os consumidores de eletricidade é preciso ter em linha de conta a evolução da curva de aprendizagem e as economias de escala que já hoje apontam para valores futuros de que gerariam um eventual sobrecusto negligenciável, aponta.

“Há contudo a necessidade de ter um enquadramento regulatório claro que permita a bancabilidade dos projetos nas melhores condições para os consumidores de eletricidade nacionais”, ressalva.

Para o presidente da *Asociación Empresarial Eólica*, Juan Virgilio Márquez, dadas as **oportunidades da energia eólica offshore na Península Ibérica** não há tempo a perder. “Temos que conseguir repetir a história de sucesso do *onshore* no espaço ibérico. É um momento único para aproveitarmos tudo o que o mar pode aportar do ponto de vista energético que permitirá a criação de uma cadeia de valor que impulsionará a indústria e gerará mais emprego”, realçou.

Viabilizar a biodiversidade

A possibilidade de **viabilizar a biodiversidade através das energias renováveis oceânicas** é outra oportunidade que se perspetiva. A representante da Comissão Europeia para a área da Conservação da Natureza, Stefania Charisiadou, apresentou alguns dos potenciais impactos positivos, como é, por exemplo, o efeito de recife artificial que possibilita a criação de novas *habitats* para espécies marinhas.

Alexandra Silva, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, expôs os estudos técnicos que estão a ser desenvolvidos, até 2026, em colaboração com outros laboratórios científicos públicos, para produzir informação de referência para definir o âmbito de futuros estudos de impacto ambiental e contribuir para o desenvolvimento do *offshore*, preservando a biodiversidade e aumentando a sustentabilidade das pescas. A investigação permitirá avaliar, por exemplo, a eventual transferência de contaminantes das estruturas, face à descamação de revestimentos, poluentes orgânicos persistentes das tintas ou microplásticos.

Para Anne Marit Hansen, gestora de desenvolvimento de negócio na Ibérica da Equinor, é importante continuar a compilar informação e estudar os eventuais impactos no comportamento de algumas espécies, para ponderar medidas de mitigação.

Catarina Rei, responsável de licenciamento e ambiente da Ocean Winds, fala de uma aprendizagem contínua que é necessária para atuar de forma responsável contribuindo para o desenvolvimento do setor e salvaguardando a proteção dos ecossistemas.

Transparência, colaboração e partilha de dados entre os vários intervenientes nos processos são também palavras-chave na opinião de Signe Nielsen, *senior environmental manager* na RWE.

A rede elétrica adequada

Antes do painel dedicado à rede elétrica, José María Llopis, diretor da Smartenergy em Espanha, responsável pela área do eólico na Europa, focou as vantagens de aliar a produção eólica *offshore* à produção de hidrogénio, o que constitui uma solução mais competitiva e possibilita a criação de sinergias, nomeadamente na produção de metanol e amónia (power-to-X).

Belén Segura, gestora de planeamento na Rede Elétrica Espanhola, sublinhou, por seu lado, a necessidade de respeitar a biodiversidade, as áreas protegidas, a integridade da paisagem e património cultural e a coexistência de outras atividades marítimas.

Para materializar este desígnio offshore na Península Ibérica será importante **criar um desenho de rede adequado para as energias renováveis oceânicas**. O COO da REN, João Conceição, acredita que Portugal conseguirá chegar aos 2 GW previstos e construir a respetiva rede de apoio. Para isso a REN seguirá as diretrizes da tutela.

Georgios Rogdakakis, diretor de redes na Ocean Winds, considera que faz sentido que as infraestruturas de rede sejam concebidas da forma mais económica.

Um estudo apresentado pelo professor e investigador da FEUP, João Peças Lopes, conclui que a rede de transporte portuguesa exigirá investimentos, mas as simulações mostram que é provável que isso aconteça quando a capacidade eólica offshore aumentar mais do que de 2,5 GW.

O Diretor de Estratégia Tecnológica da Smartenergy, Manuel Costeira da Rocha, admite que a eólica *offshore* implica superar vários desafios, mas lembra que a exploração de combustíveis fósseis também opera no mesmo meio e por isso mostra-se otimista. “Temos que ser inteligentes o suficiente para não perder esta oportunidade”.

Conjugar a energia com a pesca

Mattia Cecchinato, consultor de eólica offshore da WindEurope, Juan Ignacio Rodríguez Fernández-Arroyo, diretor do departamento de energia do instituto INEGA da Galícia, e Pedro Brinca, professor associado da Nova SBE, Pedro Brinca, lançaram os motes para a discussão sobre como **promover uma convivência feliz** entre a tecnologia e as demais atividades desenvolvidas no mar. O equilíbrio poderá passar por algumas medidas de compensação para o setor da pesca, como avançou Pedro Brinca. Uma opinião partilhada por Telmo de Carvalho, do IPMA.

O presidente da **Associação de Armadores de Pesca** do Norte, Manuel Marques, mostra-se cético quanto à possibilidade de conciliação da pesca nas zonas onde serão instaladas as centrais eólicas. “Vamos exportar mais eletricidade mas importar mais peixe”, alerta.

O coordenador do Plano de Ação de Viana do Castelo da Agenda do Mar 2030, Miguel Marques, lembra que o impacto social vai existir, mas sublinha que com o fim da pesca à baleia, por exemplo, foi levado a cabo uma reconversão social com atividades que acabaram por relevar-se mais rentáveis do que as anteriores.

O modelo de leilão ideal

A definição dos possíveis modelos de leilão encontra-se concluída e o modelo que se apresenta mais vantajoso e reúne mais consenso é o centralizado sequencial a dois passos, como confirmou o Diretor Geral da Direção Geral de Energia e Geologia, Jerónimo Meira da Cunha.

José Manuel Marques, diretor de serviços da **Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos**, sublinha que **o país também precisa da pesca e por isso defende um esforço de conciliação de ambos os lados**. “O próximo modelo de leilão tem que contribuir para isto”, declarou.

Para pensar **o desenho do modelo de leilão ideal para Portugal** a conferência contou ainda com os contributos de Álvaro de Miguel, diretor da RWE em Portugal; Kerry Scott, diretor de investimentos na Europa da Reventus Power; Morten Dillner, gestor de assuntos regulatórios na Equinor; Nailia Dindarova, diretora de desenvolvimento de mercado na Bluefloat Energy; e Sérgio Pinar, diretor de mercados de energia e regulação na Ocean Winds, que analisaram as vantagens dos dois modelos, abordaram as questões de pré-qualificação e pediram clareza nas decisões futuras.

Portos são peça chave na estratégia offshore

Criar uma cadeia de valor local para desbloquear oportunidades económicas é um imperativo para o desenvolvimento do setor e por isso o tema integrou o debate. As apresentações iniciais sobre o



tópico foram asseguradas por Gisela Santos, diretora da unidade de gestão e engenharia industrial do INEGI, que lembrou que “não se constrói uma cadeira de valor de modo instantâneo”, e por Arne Vatnøy, gestor de comunicação da NOW (Norwegian Offshore Wind), que apelou à importância de apostar na “diversidade” de mão de obra no setor.

A estratégia *offshore* impõe o desenvolvimento de uma cadeia de valor integrada e sustentável desde a fabricação de componentes à operação e manutenção das centrais, o que exigirá infraestruturas portuárias robustas com equipamento moderno e operações logísticas eficientes e apetrechadas de sistemas para manutenção de navios e construção naval para fins múltiplos.

Os portos constituem por isso uma peça chave neste desígnio do desenvolvimento das renováveis oceânicas, como sublinhou o presidente do conselho de administração do Porto de Aveiro e do Porto da Figueira da Foz, Eduardo Feio e o diretor de equipamento, infraestrutura e ambiente do Porto de Setúbal e Sesimbra, Pedro Ponte.

O vice-presidente do conselho de administração da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, Ricardo Pedrosa Gomes, deixou a nota de que esta deve ser uma oportunidade para construir um *cluster* que seja exportador.

José Luís Inogés, gestor de desenvolvimento de negócio da Navantia Seanergies, sublinhou, por seu lado, que será importante apostar em economias de escala na produção em série de componentes que serão necessários para a cadeia de valor.

Para o CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge, será fundamental aproveitar a oportunidade de desenvolvimento industrial que está a apresentar-se à Península Ibérica, o que implica criar atempadamente, de modo estruturado e económico financeiramente sustentável, as políticas públicas de incentivo ao investimento na cadeia de valor.

Sobre a APREN:



A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.